

Um marco miliar

IGNACIO M. RANGEL

A "Carta dos 12" ficará na história da presente crise e do Brasil como um marco miliar de singular importância. Para começar, por esse documento, a burguesia industrial brasileira — a única classe madura para assumir a liderança da sociedade, em substituição ao latifúndio feudal, que teve brilhantíssimo desempenho, mas está irremediavelmente caduco — declara sua inequívoca vontade de comando e o faz pelo que tem de mais representativo.

Entretanto, esse é apenas o ponto de partida. A vontade de hegemonia poderia manifestar-se de forma inepta, mas esse não é o caso. Na espécie, essa vontade manifesta-se através de uma mudança fundamental de rumo da nau do Estado, a saber: a reorganização da economia interna deve ser feita antes de discutir-se a questão da dívida externa ou, nas palavras do banqueiro Olavo Setúbal: "A dívida não é nosso problema central".

Por outras palavras, quebramos o encantamento que vinha esterilizando todos os nossos esforços por conceituar-se e resolver a presente crise. Poderíamos acrescentar que a dívida externa, não somente não é nosso problema central, como nem sequer é problema, no sentido de que é uma questão sem nenhuma atualidade. Com efeito, por mais voltas que lhe demos, em seus presentes parâmetros, ela não admite nenhuma saída. Os romanos significavam isso com seu conhecido aforisma "ad impossibilia nemo tenetur", que podemos traduzir livremente pelo nosso adágio "o que não tem remédio remediado está".

A moratória, a menos que atribuamos a esse termo um sentido que não está nem nos léxicos, nem nos compêndios de Direito, é apenas algo que nossa ignorância e perplexidade colocam no lugar da solução. Acontece que a inevitável suspensão do serviço da dívida não deve implicar em reconhecimento dos presentes

parâmetros desta. Temos que criar objetivamente novos parâmetros, até para discutir a questão da dívida externa, e isso importa em reformulação do problema geral.

Mas a "Carta dos 12" não se limita ao deslocamento da ênfase para o interior da economia. Aí, no interior, aponta como problema chave a questão financeira, no que continua com absoluta razão, porque, em sua forma mais sintética, nossa presente crise exprime-se pelo fato de que nos estamos endividando lá fora, para pagar por coisas que já podemos produzir aqui, em muitos casos. E isso porque há (ou havia) esperanças de obter o financiamento das coisas importadas, e não das aqui produzidas.

Quando esse problema do financiamento das coisas aqui produzidas for resolvido, os dados gerais do problema estarão radicalmente mudados, até porque não é por outra razão que não podemos explorar as possibilidades abertas pelo mercado exterior — especialmente nos 2.º e 3.º Mundos, mas não somente neles, visto como não é homogênea a situação dos países do 1.º Mundo.

A partir daí, o documento embarafrusta por proposições que haveria que discutir, mas há tempo para isso. Afinal, a mais longa viagem começa por um só passo e importa que este seja na direção correta.

Quando houvermos encaminhado a solução de nossa problemática central interna, será possível chamarmos de volta a simpática moça Anamaria Jul e seus colegas, para nova rodada de conversações, pedindo-lhes desculpas pela inevitável grosseria do rompimento com eles, agora. Porque então alguns dos dados do problema da dívida externa terão sido devidamente "martelados".

Ignácio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, "A inflação brasileira" e "Tecnologia — ciclo de crescimento".

22.08.2